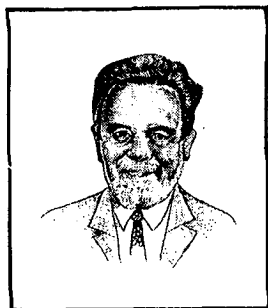


03 FEV 1994

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Uma briga técnica

Pobre não entende de dinheiro, é óbvio. Quem entende de dinheiro é gente rica. O PPR é o partido que reúne, proporcionalmente, o maior número de milionários do Congresso Nacional, dentre os seus 66 representantes. Dispõe ainda da assessoria de dois dos homens públicos que mais influíram na distribuição de rendas nos últimos anos: Antônio Delfim Netto, deputado por São Paulo, e Francisco Dornelles, deputado pelo Rio de Janeiro. A crítica que ambos fizeram à redação do projeto de emenda constitucional que cria o Fundo Social de Emergência é impiedosa. Desmonta-a, item por item. Dornelles, condescendente, ainda diz: "É, parece que esses rapazes da equipe estão tendo dificuldades para pôr as suas idéias no papel."

As críticas do PPR foram apresentadas ontem à tarde a Fernando Henrique Cardoso e poderão ainda influir na votação de hoje, embora que seja improvável que o ministro, dependente de prazos fatais para decidir o seu destino político, aceite adiar a aprovação do Fundo, que considera a espinha dorsal do projeto de ajuste fiscal.

Além das críticas ao Fundo Social de Emergência, o PPR tem restrições à proposta de Orçamento de 1994, cujo atraso está paralisando a administração pública. Baseado em números, o partido praticamente acusa a equipe econômica de falar em déficit quando, na realidade, teria um superávit de perto de dez bilhões de dólares. Ou seja: afirma que os números apresentados são falsos e que, portanto, não seriam necessários aumentos de impostos para se alcançar o déficit zero.

Essas discussões técnicas são, para o comum dos mortais, não apenas supercomplicadas, como chatíssimas. No entanto, dada a sua importância para o futuro, é preciso fazer das tripas coração e tratar de entendê-las.

Em relação à redação proposta para o Fundo de Emergência, Dornelles, Delfim e Cia. fazem várias observações legais e algumas

políticas. As principais: a) embora a redação dê a impressão de que os recursos serão aplicados em programas de saúde e previdência, ao dizer, no final "outros programas de relevante interesse social", na prática permite que sejam utilizados em qualquer tipo de programa; b) vários dispositivos retiram recursos potenciais de estados e municípios; c) finalmente, o Governo pode considerar como aumento de arrecadação promovido por modificações legislativas qualquer aumento decorrente de uma arrecadação mais eficiente ou do próprio aumento do PIB e, em consequência, não repassá-lo aos estados e municípios. "Trata-se de carta branca a ser concedida ao Governo federal", afirmam.

Em relação ao Orçamento, Dornelles afirma estar as receitas subestimadas argumentando que:

- o bom desempenho dos últimos três meses do ano não foi considerado, subtraindo um bilhão de dólares da estimativa;

- a taxa de crescimento do PIB, inicialmente calculada em 2,5% para 1994, foi recalculada para 4% e não se levou isso em conta para estimar a receita, que aumenta junto com a atividade econômica;

- o resultado do projeto de Recuperação das Receitas Federais, que constava do orçamento original, foi omitido na nova versão, reduzindo as estimativas de receita em 2,3 bilhões de dólares.

Em consequência, os primeiros resultados do ano apontam para um superávit de 10,2 bilhões de dólares, que corresponde a 2,3% do PIB.

Convencer a maioria dos congressistas da veracidade dos números oficiais e do erro dos números do PPR é a tarefa do professor Edmar Bacha, que negocia em nome do ministro Fernando Henrique. Como todos os congressistas preferem gastar a cortar e, portanto, tendem a acreditar que existe mais dinheiro que o confessado pelo Governo, a missão é difícil.

Tarefa para leão, com desculpas pela referência ao desagradável animal.